

# EDITORIAL

---

O ano de 2014 se encaminha para o final e, com isso, é chegada a hora de apresentarmos o último número da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Este número busca não só abranger as regiões do Brasil, mas também extrapolar as suas fronteiras e consolidar cada vez mais o diálogo com pesquisadores da América Latina e Europa.

De autoria de Lúcia Velloso Maurício, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o primeiro artigo deste número é intitulado “Ampliação da Jornada Escolar: configurações próprias para diferentes contextos – Brasil e Europa”. A autora se baseia nos trabalhos de Miguel Pereyra para discutir a escola em tempo integral. Velloso Maurício acompanha a evolução do sistema europeu ao longo de mais de 10 anos e conclui que, mesmo na Europa, nem todos os alunos podem desfrutar da ampliação da jornada escolar, uma vez que as atividades extracurriculares são pagas, logo o acesso a elas fica também um tanto restrito. Tratando-se do Brasil, a autora conclui que a precariedade do sistema de ensino, somada às desigualdades socioeconômicas, favorecem a integração entre as atividades curriculares e as extracurriculares, logo, a ampliação da jornada escolar.

A segunda contribuição apresentada pela *Ensaio* vem de Portugal e tem como autora Sofia Viseu. Em “Revisitando o debate sobre o público e o privado em educação: da dicotomia à complexidade das políticas públicas”, a Professora lusa enfrenta um debate que cada vez mais se mostra necessário para a definição dos caminhos que os sistemas de ensino – não só português, mas também brasileiro – pretendem trilhar nas próximas décadas. Trata-se do debate sobre o modelo de financiamento do sistema educacional. Neste sentido, Viseu recorre a dados empíricos de modo a demonstrar o perigo e a perversidade que podem vir atrelados ao se transformar a educação em mercadoria e, por isso mesmo, sujeita à lógica do mercado.

Zacarias Gama e Raquel Villardi são os autores do terceiro artigo. Sob o título “Avaliação Institucional e Espaço Comum de Ensino Superior da União Europeia, América Latina e Caribe (ECES-UEALC): nova forma de incorporação dependente?”, o artigo discute a forma como está sendo construída a relação entre o Espaço Comum de Ensino Superior e a América Latina e o Caribe. Para tanto, percorre três caminhos principais: demonstrar que a imposição de uma racionalidade neoliberal aos sistemas de educação superior, através de processos de avaliação, tem por objetivo superar crenças e procedimentos, padronizar e universalizar métodos e processos; busca também destacar o processo de alinhamento das instituições de educação superior da América Latina e Caribe ao Espaço Europeu de Educação Superior. Por fim, examina o alcance de uma suposta nova forma de incorporação da América Latina e Caribe. Feito todo este percurso, os autores concluem que determinados parâmetros e indicadores de qualidade apenas conformam-nas aos interesses dos países centrais da acumulação capitalista e ao que está sendo chamado de sociedade do conhecimento.

“Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1996-2011)” é a contribuição de Rafael Gabriel de Oliveira Júnior e Adolfo Ignacio Calderón. No artigo em questão, os autores fazem uma espécie de síntese bibliográfica mapeando o que foi produzido acerca do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) entre os anos de 1996 e 2011. Oliveira Júnior e Calderón constataam “a predominância de uma comunidade epistêmica, hegemônica em termos teórico-discursivos, ancorada no paradigma do conflito”.

Gladys Rocha e Raquel Fontes-Martins são as autoras de “A apropriação de habilidades de leitura e escrita na alfabetização: estudo exploratório de dados de uma avaliação externa”. Como o título evidencia, o artigo procura privilegiar em sua análise o desenvolvimento de habilidades de escrita e leitura no início da vida escolar das crianças. Para tanto, baseiam-se no Programa de Avaliação Básica do Estado do Espírito Santo – PAEBES. É interessante perceber o

esforço empreendido pelos autores no sentido de demonstrar diferenças entre as habilidades de leitura e escrita, desmistificando, de certa forma, a ideia de que as duas habilidades são face de uma mesma moeda, com aprendizagens se dando no mesmo ritmo.

A sexta contribuição vem do Rio Grande do Sul. “Políticas Públicas: imperativos e promessas de inclusão social” tem como autores Dagmar Estermann Meyer, Maria Cláudia Dal’Igna, Carin Klein e Catharina Silveira. As autoras apresentam parte dos dados resultantes de pesquisa desenvolvida no Rio Grande do Sul que teve como objetivo principal examinar políticas públicas de inclusão social. Cabe destacar o enfoque e o arcabouço teórico privilegiados pelas autoras. O artigo tem por base os estudos desenvolvidos nos campos dos estudos de gênero, dos estudos culturais e da sociologia da saúde. Neste sentido, as autoras buscam problematizar imperativos e promessas de inclusão social que contribuem para instituir processos de responsabilização dos sujeitos neste processo.

“Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família” é a contribuição do grupo de professores composto por Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi, Silvio Cesar Militão, Andréia Nunes Militão, Fabio Perboni, Regina Célia Ramos, Vanda Moreira Machado Lima e Yoshie Ussami Ferrari Leite. De acordo com o artigo, ao longo dos anos, o livro didático vem cada vez mais sendo colocado no centro das discussões na área de educação. Problematizando o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os autores apontam sugestões para o seu aperfeiçoamento. Para tanto, procedeu-se a pesquisa bibliográfica e documental e a aplicação de questionário a 36 professores do Estado de São Paulo. Os autores concluem que o “PNLD pode constituir-se num elemento para a ampliação do *capital cultural* dos alunos (...)”.

O artigo “Vestibular e Enem: um debate contemporâneo” é de autoria de Aparecida da Silva Xavier Barros. A autora procura analisar as transformações ocorridas ao longo dos últimos anos na forma de admissão aos cursos do ensino

superior no Brasil. Como conclusão a autora critica os modelos utilizados no país, uma vez que, segundo ela, são “guiados por uma lógica individualista e competitiva”, o que acaba por colocar o sucesso como responsabilidade exclusiva do estudante e, com isso, acabam por escamotear outros fatores que também devem ser levados em consideração.

Vem do Piauí o nono artigo deste número. Guiomar de Oliveira Passos e Marcelo Batista Gomes são os autores de “A instituição da reserva de vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política”. O artigo em questão aborda um tema polêmico: a instituição do sistema de cotas na Universidade Federal do Piauí. Analisa as motivações, os objetivos e os atores envolvidos no desenvolvimento desta política. Neste sentido, toma por base o modelo de “Múltiplos Fluxos”, em fontes documentais e entrevistas com os principais atores sociais envolvidos no processo. Os autores constatam que a iniciativa partiu da administração superior, que contou com o estímulo dado pela expansão de vagas e pela exclusão dos egressos da escola pública nos cursos mais concorridos da Universidade.

Por fim, como Página Aberta deste número, contamos com a contribuição de Arnaldo Niskier. “A morada da língua portuguesa” é um ensaio sobre o novo acordo ortográfico para a Língua Portuguesa.

Percorridas as contribuições que compõem a revista, convidamos o leitor para sua leitura, desejando que o número apresentado contribua para a discussão do sistema educacional brasileiro.